

Terrorismo islâmico e a olimpíada

Por Leonardo Arruda

Um ataque é muito provável. Vamos reagir ou virar estatística?

Passados alguns dias e diminuída a emotividade, já podemos fazer algumas considerações racionais sobre o impacto dos atentados de 13/nov/2015 em Paris.

Muita "filosofia de botequim" foi dita e impressa por todos os meios de comunicação, nenhum deles apresentando qualquer proposta de cunho prático para lidar com o problema.

Vamos tentar aqui racionalizar um pouco sobre o assunto e apresentar algumas medidas que podem ser implantadas sem ferir a liberdade e a privacidade individual, tão prezadas em nossa civilização ocidental. O momento é muito oportuno, já que em 2016 vamos sediar um olimpíada no Rio de Janeiro e pelo menos quatro projetos de lei (PL) estão em tramitação em Brasília para punir crimes de terrorismo.

Quatro estabelecimentos públicos foram atacados na Cidade Luz com armas automáticas que são rigorosamente proibidas na França e na maioria dos países da Europa (sem falar nos explosivos plásticos).

Temos então a primeira constatação: Leis restritivas sobre armas não vão impedir os terroristas de agir. Da mesma forma que os criminosos comuns, leis desarmamentistas nunca vão impedi-los de obter os meios de realizar seus intentos. Parece óbvio? Bem, para muitos isto é difícil de entender.

Segunda constatação: Os terroristas só atacam locais onde há aglomeração de pessoas

desarmadas. Foi assim na Turquia, na Malásia, em Bali, em Londres, etc. O objetivo é maximizar o número de mortes por terrorista. Não deve ser muito fácil encontrar suicidas voluntários, mesmo sabendo que 72 virgens o estão a esperar no paraíso. Assim, somente após esgotada a munição de suas armas (ou com a chegada da polícia) os terroristas se imolam. A conclusão óbvia é que temos que opor reação armada aos terrocidias (terroristas suicidas) de forma que eles se explodam o mais rápido possível, minimizando o número de vítimas. Esta conclusão é referendada por inúmeros especialistas em segurança, tal como o Secretário Geral da Interpol, Sr. Gerald Noble.

Esta foi a solução adotada com sucesso em Israel: lá os militares da ativa e da reserva são incentivados a portarem suas armas pessoais mesmo quando estão fora de serviço (em Israel quase todo mundo é militar). Em função disso os terrocidias palestinos nem tentam mais atirar contra as multidões, partem logo para a explosão suicida.

É possível implementar uma política de porte de armas eficaz contra este tipo de ação terrorista nos países ocidentais? É claro que sim! Os EUA tem adotado esta política na maioria de seus estados e o que se observa é um decréscimo da criminalidade e do número de mortos nas ações de atiradores desequilibrados, um fenômeno comum e típico deste país.

Imaginemos o que aconteceria se um ou dois clientes (ou funcionários) dos estabelecimentos atacados em Paris estivessem armados e revidassem os tiros dos terroristas. Para não serem atingidos e tentar acertar o atirador, eles teriam que procurar abrigo. Isso os levaria a se distanciar das vítimas em potencial e diminuiria o número de mortos. O mais provável é que o terrocidia se explodisse assim que os tiros de revide começassem ou que ele saísse do local e fosse buscar um alvo mais fácil. Óbvio, não é?

Como foi constatado nos EUA, não é preciso "todo mundo" andar armado. Algo em torno de 5% da população é suficiente para se obter o efeito de dissuasão desejado.

Outro ponto importante está em como dissuadir um terrocidia. Depois que ele está morto qualquer legislação voltada a punir do autor do crime é, obviamente, ineficaz. Mais uma vez devemos olhar a experiência israelense.

Inicialmente as autoridades israelenses acharam que se fossem divulgadas na imprensa fotos

dos corpos desmembrados dos terrocidias, essas imagens macabras seriam suficiente para dissuadir novas incursões. Ledo engano. Os terrocidias palestinos passaram a ser endeusados na comunidade e suas famílias prestigiadas. Diante disso, o que fizeram os israelenses? Simples: a família dos terrocidias passaram a ter seus bens confiscados e sua casa destruída. Desta forma, o terrocidia que vai para o paraíso encontrar suas setenta e duas virgens sabe que, em compensação, sua família aqui na terra vai comer "o pão que o diabo amassou".

A política tem dado resultado e o número de terrocidias diminuiu bastante. No Brasil, assim como na França, destruir a casa do terrocidia seria muito difícil, dado que muitos moram em edifícios de apartamentos. Mas seria perfeitamente exequível fazer o confisco dos bens e a extradição dos familiares em primeiro grau que fossem inocentes, enquanto os que colaboraram com o atentado cumpriram pena na cadeia.

Mas será possível adotar esta solução no Brasil e em outros países ocidentais? Admito que é difícil. É tradição ocidental não punir inocentes e, de fato, algumas famílias não sabem o que seus pimpolhos estão planejando até ser tarde demais. Punir inocentes dói no coração de qualquer pessoa civilizada, entretanto não existe nenhuma outra solução eficaz. Creio que seria necessário algumas tragédias com umas mil mortes contabilizadas para que essa política fosse seriamente considerada no Brasil.

Por outro lado, muito embora dura, essa política tem um defeito intrínseco. Ela só é eficaz contra terrocidias locais. Um organização internacional pode neutraliza-la bastando fazer com que os terrocidias nunca cumpra sua missão no país de sua residência. O caso de Israel é particular, dado que o país controla o território palestino de onde partem a maioria das missões terrocidias.

Um atentado no Brasil

Será praticamente impossível evitar um atentado terrocidia no Brasil durante a próxima Olimpíada do Rio de Janeiro. Países bem menores e mais ricos, com poderosos órgãos de inteligência e vigilância não conseguem. Seria muita pretensão de nossa parte imaginar que nossas instituições, mesmo com informações vindas do exterior o conseguiriam.

Além disso, convém lembrar que até hoje o Brasil não tem uma legislação anti-terrorismo, o

que poderia estar ajudando em ações preventivas. É bom lembrar que, se vai haver um atentado no Brasil, as células terroristas já estão aqui instaladas, atuando no financiamento, logística e na aquisição das armas e explosivos necessários à ação.

O lamentável é saber que não temos leis anti-terrorismo porque os governos socialistas, que há 23 anos estão no poder, impedem que elas sejam aprovadas. O motivo é bem prosaico: é quase impossível fazer uma lei contra o terrorismo que não enquadre as organizações "companheiras" tais como o MST, Via Campesina e congêneres.

Dado que não poderemos evitar um atentado, temos que buscar uma forma de minimizá-lo caso aconteça. Como vimos acima, a única forma comprovadamente eficaz é fazer o enfrentamento armado do terrocida assim que ele se identifica e inicia sua ação.

Realisticamente falando, criar até as olimpíadas uma sociedade armada em nosso país é simplesmente impossível. Além da oposição política, nem tempo hábil haveria para tal. Uma solução provisória, mais factível de ser adotada, seria a utilização de oficiais militares e de policiais aposentados disfarçados de cidadãos comuns e espalhá-los nos locais com maior probabilidade de atentados.

Esses militares e policiais, que possuem treinamento em armas e possuem armas próprias, deveriam portá-las de forma oculta enquanto circulam em trajes civis por alvos potenciais, tais como: saguão de hotéis, atrações turísticas, cafés, bares e restaurantes com maior presença de turistas, pontos de acesso a transporte público, etc. Serão esses elementos que darão o primeiro (e talvez último) combate aos terrocidas.

Soldados e policiais fardados em posições visíveis são necessários para dar uma sensação psicológica de segurança, o que é fundamental para a tranquilidade de desportistas e espectadores nos estádios e arredores. Entretanto, é tolice imaginar que um terrocida vá iniciar sua ação diante dessa força explícita. Se isso de fato acontecer os fardados serão os primeiros a tombar.

Nossa sugestão é que as Organizações Militares no RJ (das três forças), em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do RJ, requisitem TODOS os oficiais militares disponíveis e policiais aposentados para esta missão. A Polícia Federal emitiria uma licença de Porte de

Arma temporária, válida pelo tempo de duração da olimpíada, para todos os envolvidos na operação. Seria estabelecido um rodízio dessas pessoas que atuariam em duplas ou trincas. Por exemplo, num dia uma dupla ficaria no saguão do hotel X e no outro dia visitaria o Corcovado. Apesar de atuarem em duplas ou trincas estes agentes ficariam distantes um do outro e fingiriam não se conhecer. Levar familiares durante este "trabalho" também seria permitido e auxiliaria o disfarce.

Para reforçar a dissuasão o governo deverá divulgar a existência dessa força oculta. Numa declaração normal das autoridades à imprensa, falando sobre o esquema de segurança, deverá ser dito que, além das forças policiais e militares visíveis, N centenas de agentes "invisíveis" estariam dispersos pelo Rio de Janeiro prontos para entrar em ação em caso de necessidade.

Esta solução não é a ideal, dado que um terrorista treinado (tal como os bandidos comuns) consegue identificar policiais e militares com certa facilidade. Entretanto, é a melhor coisa que se pode fazer além de rezar e pedir a Alah que nos poupe do ódio de seus revoltados devotos.

O mundo estará de olho em nós. Estaremos a altura da responsabilidade?

Leonardo Arruda

Associação Brasileira Pela Legítima Defesa (ABPLD)